



VIII Seminário de Filosofia e Sociedade: DECOMPOSIÇÕES IMAGÉTICAS DA CONDIÇÃO HUMANA EM TEMPOS DESAFIADORES

II Jornada Interinstitucional e Internacional de Educação

19 a 21 de setembro | 2022



A MILITARIZAÇÃO DE ESCOLAS PÚBLICAS E A PERPETUAÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO ACRÍTICA

Thalia Estevam¹
thaliaestevam97@gmail.com

Introdução

O presente resumo visa apresentar uma temática que tem tomado a atenção das discussões educacionais atuais, a saber, o processo de militarização de escolas públicas no Brasil. O intuito aqui se configura em reflexões gerais sobre o objeto na ótica de uma perspectiva crítica da educação, pautando também alguns aspectos histórico-políticos da temática em questão.

Não são unicamente atuais os questionamentos em torno de estudos que envolvam a qualidade da educação básica. Diante disso, cabe colocar que, em especial a pedagogia que se aproxima das características educacionais a serem aqui discutidas, teve suas primeiras manifestações no âmbito militar há algum tempo. Já que, de acordo com Saviani (2011, p. 77):

[...] é na década de 1970 que o regime militar tenta implantar uma orientação pedagógica inspirada na assessoria americana, através dos acordos MEC-Usaid, centrada nas ideias de racionalidade, eficiência e produtividade, que são as características básicas da chamada pedagogia tecnicista.

Desse modo, a pedagogia tecnicista é entendida como um meio de racionalização dos padrões de aprendizagem, para o intuito de exclusivamente aprender a fazer, tendo a

¹ Thalia Estevam, graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário Barriga Verde (UNIBAVE), mestranda em Educação pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (PPGE/UNESC) e membro do Grupo de Estudos em Educação, Formação Cultural e Sociedade (GEOCS/UNESC).

Organização:



Apoio:





praticidade como foco, como apresenta o formato escolar aqui discutido. Igualmente, faz uso da disciplinarização exacerbada, de modo que, priva os alunos do acesso a atividades que contenham atributos reflexivos e questionadores.

Portanto, o presente texto se dá por meio de uma revisão bibliográfica e documental, tendo em vista questionar se o recente aumento da militarização das escolas pode contribuir para a perpetuação de um sistema de educação acrítica e conseqüentemente alienante, como isso pode refletir na formação desses alunos, e se essa perpetuação tem alguma intencionalidade a ser discutida posteriormente.

A disciplina como meio de dominação

Os argumentos apresentados para a militarização das escolas públicas nos últimos tempos dão enfoque ao suposto melhor desempenho escolar dos colégios militares e à diminuição dos casos de violência nessas instituições. Já que o decreto se institui “com a finalidade de promover a melhoria na qualidade da educação básica no ensino fundamental e no ensino médio” e “contribuir para a redução dos índices de violência nas escolas públicas regulares”(BRASIL, 2019). Fica em segundo plano que, por muitas vezes, os alunos que ingressam em tais escolas, já possuem melhores condições socioeconômicas.

Além disso, em parte dos casos, alunos que ingressam, mas não conseguem acompanhar o desempenho geral, são transferidos para outras instituições, o que mantém o padrão de aprendizagem dessas escolas, mas não demonstra melhora na educação como um todo. Os alunos podem até, ocupar escalas de hierarquia dentro da mesma escola, o que acaba gerando constrangimentos e características de competitividade entre os mesmos. Foucault (1999, p. 173) detalha:

E nesse conjunto de alinhamentos obrigatórios, cada aluno segundo sua idade, seus desempenhos, seu comportamento, ocupa ora uma fila, ora outra; ele se desloca o tempo todo numa série de casas; umas ideais, que



VIII Seminário de Filosofia e Sociedade: DECOMPOSIÇÕES IMAGÉTICAS DA CONDIÇÃO HUMANA EM TEMPOS DESAFIADORES

II Jornada Interinstitucional e Internacional de Educação

19 a 21 de setembro | 2022



marcam uma hierarquia do saber ou das capacidades, outras devendo traduzir materialmente no espaço da classe ou do colégio essa repartição de valores ou dos méritos.

Nessas escolas, a aprendizagem é operada principalmente por meio do medo, onde a disciplina passa a possuir teor de dominação, no qual os alunos perdem qualquer tipo de autonomia, inclusive sobre escolhas básicas, como o corte de cabelo e tipo de sapato, que em sua maioria são rigorosamente padronizados.

É a partir deste ponto que chegamos nas características do caráter tecnicista desse modo operante, pois o conteúdo abordado passa a ter um direcionamento maior para a aprendizagem de técnicas. Esse saber fazer, em sua maioria carrega limitações, nos fazendo perceber outras motivações em jogo. Já que aqui, uma nova mecânica de poder passa a desarticular e recompor o corpo humano, definindo o domínio sobre ele, o tornando dócil para que faça o que se quer e opere do modo desejado (Ibidem).

Pensando a partir dessa perspectiva tecnicista, ficam de lado outros tópicos da formação humana, como liberdade de expressão, diversidade e democracia. Já nos casos mais extremos, podem se desconsiderar até algumas questões de direitos humanos, quando se trata da violência como recurso de dominação para com os alunos em relação ao cumprimento de regras, por exemplo.

O senso crítico como meio de emancipação

O presente tópico traz outro desdobramento em relação ao debate, a partir de uma perspectiva crítica da educação, na qual se pensa que o estudante deve desenvolver a capacidade interação, mantendo em movimento os conhecimentos com os quais tem contato e refletindo sobre o tema. Nesse caso, se iniciaria pensando que, fatores como a padronização da aparência dos estudantes poderiam ficar em segundo plano, já que, a construção de conhecimentos e a formação humana integral não dependem de fatores

Organização:



Apoio:





VIII Seminário de Filosofia e Sociedade: DECOMPOSIÇÕES IMAGÉTICAS DA CONDIÇÃO HUMANA EM TEMPOS DESAFIADORES

II Jornada Interinstitucional e Internacional de Educação

19 a 21 de setembro | 2022



tão carentes de intuito educativo, como esses. Pelo contrário, diversidade e liberdade se apresentariam como conteúdo, juntamente com a prática da necessária mas tão pouco presente gestão democrática, como preveem alguns documentos de base educacional.

Uma opção mais abrangente dos pressupostos aqui defendidos para pensar além do aprimoramento de técnicas, seria formar o senso crítico do estudante por meios que não restrinjam a aprendizagem à memorização e principalmente que não utilizem de disciplina para a docilização dos corpos. Entretanto, sobre o conceito dessa criticidade, não podemos confundi-la com o que pode parecer no senso comum, o significado de recusar algo, ou até mesmo de distinguir o que seria “bom” ou “mal”. A crítica para a emancipação de que se fala, é aquela que tem o objetivo de levar o conhecimento à razão, de fazer a interação com os processos históricos da realidade. Não fazendo a negação desse conhecimento, mas a abstração do mesmo pela consciência (NETTO, 2011).

É importante destacar, que se trata da perspectiva histórico-crítica em estratégias das quais se busque alcançar de fato o meio escolar, de modo que, não fiquem as palavras redigidas somente no Projeto Político Pedagógico, como se faz presente em alguns casos. Se trabalharia a crítica no sentido de dialeticidade, de modo que, por exemplo, o conteúdo não seria apenas entregue ao estudante para posterior utilização.

Considerações Finais

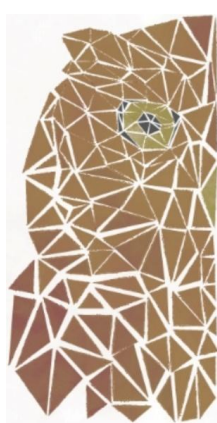
A “melhoria” do desempenho por meio da disciplinarização, inicialmente apresentada como motivo das mudanças desenvolvidas nas supracitadas escolas, se limita no âmbito quantitativo apenas, se tratando de maiores notas alcançadas em menores períodos de tempo. Isso faz questionar se o termo melhoria é de fato coerente nesse caso, já que, esse objetivo acaba deixando de lado todo e qualquer intuito relacionado à qualidade desse formato educacional.

Organização:



Apoio:





VIII Seminário de Filosofia e Sociedade: DECOMPOSIÇÕES IMAGÉTICAS DA CONDIÇÃO HUMANA EM TEMPOS DESAFIADORES

II Jornada Interinstitucional e Internacional de Educação

19 a 21 de setembro | 2022



Os baixos índices de violência, que se apresentam como argumento favorável a essas escolas, acabam se invalidando quando consideramos que os bons comportamentos se dão por medo da violência reativa. Deste modo, os alunos não passam a resolver seus conflitos de outras maneiras, como por meio de diálogo, por exemplo, mas apenas deixam de resolvê-los no ambiente escolar. Fator esse que, respondendo ao problema inicial do presente trabalho, traria danos ao senso crítico dos alunos, que apenas aprendem a obedecer, sem quaisquer indícios de emancipação e autonomia.

Considera-se que, colégios militares são voltados para alunos que desejam seguir carreira militar e escolas públicas têm objetivo de levar para todos os sujeitos educação, qualidade social, aprendizagem do conhecimento acumulado pela humanidade, além de formação integral, que inclui construção do senso crítico. A partir da discrepância citada acima, considera-se incoerente a atitude de aplicação dos métodos de uma, perante outra. Por fim, se torna imprescindível o surgimento de futuras pesquisas que aumentem o debate em torno do tema, já que os estudos apresentados até então, não têm sido o suficiente para repensar tais decisões, que permeiam até o presente momento.

Referências

BRASIL. **Decreto n. 10.004, de 5 de setembro de 2019.** Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Brasília/DF, 5 de setembro de 2019. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2019/decreto-10004-5-setembro-2019-789086-publicacaooriginal-159009-pe.html>. Acesso em: 26 jul. 2022.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Tradução: Raquel Ramallete. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. 348 p.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011. 64 p.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações.** 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2011. 137 p.

Organização:



Apoio:

